



Fotografia: Mariza Almeida

Questão de gênero e soberania alimentar: auto-organização de mulheres do MST no estado do Espírito Santo*

Gender issue and food sovereignty:
self-organization of women in the MST of Espírito Santo

Renata Couto Moreira**,
Claudilene da Costa Ramalho***

Resumo- O artigo traz reflexões acerca das experiências de coletivos de mulheres a partir da realidade das militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) nos assentamentos Adão Preto e Pip-Nuk, em Nova Venécia, ao norte do Espírito Santo. Considera-se essencial entender estas atividades na busca da melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas. Com isso, pretendeu-se discutir como potencializar estas experiências e propiciar formas de articulá-las e organizar suas demandas. Para tanto, buscou-se ampliar o debate da questão de gênero e suas categorias explicativas para a compreensão das relações de produção na agricultura, fortalecendo a perspectiva de acesso dos direitos e políticas públicas. A proposta metodológica foi a da pesquisa-ação usando metodologias de diagnóstico e planejamento participativas de trabalho popular, com a alternância de espaços de diagnóstico e reflexão teórica com ações que potencializassem a formação e a troca de experiências entre as mulheres.

Palavras-chave: gênero; questão agrária; movimentos sociais populares.

Abstract- This paper brings theoretical reflections on the experiences of women's collectives seated of agrarian reform, from the reality of Adão Preto and Pip-Nuk settlements, in Nova Venécia, north of Espírito Santo. Understand this existing activities becomes essential in the search for improving life quality in the settlements. With this, we sought to discuss how to leverage these experiences, and provide ways to articulate them and organize their demands. For this, we attempted to broaden the discussion of gender and their explanatory categories for understanding the relations of production in agriculture and their guarantee of rights and public policy. The methodology was action research using diagnostic and participatory planning and organizing methodologies of popular work, with alternating spaces of diagnostics and theoretical reflections with actions that strengthen the formation and exchange of experiences among women.

Keywords: gender; agrarian question; popular social movement.

* Agradecimentos ao apoio financeiro do CNPQ para a realização desta pesquisa.

** Doutora em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa e professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). *Correspondência:* Departamento de Serviço Social – UFES – Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP: 29075-910 – Vitória/ES. Email: <renata.moreira@ufes.br>.

*** Assistente social da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Jequitinhonha (AMEJE), mestranda no programa de Pós-graduação em Política Social da UFES. *Correspondência:* Departamento de Serviço Social – UFES – Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP: 29075-910 – Vitória/ES. Email: <kaucostrar@hotmail.com>.

Introdução

A experiência em assentamentos de auto-organização de mulheres militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Espírito Santo (ES), apresenta-se como uma realidade que leva a importantes reflexões. A primeira é acerca da resistência que representam as famílias de trabalhadores rurais no campo e na cidade. A outra evidencia o papel das mulheres na garantia de soberania alimentar dentro da construção de uma nova perspectiva para as relações de produção e de gênero. Discutir esses aspectos torna-se objetivo fundamental para compreensão do problema da fome, do êxodo rural e das alternativas de superação dos mesmos sob o ponto de vista das políticas sociais. As mudanças mundiais que vêm ocorrendo atualmente estão exigindo uma reorganização da sociedade, uma nova partilha de tarefas, um novo sistema de divisão do trabalho e um maior equilíbrio na presença feminina e masculina nos diferentes ambientes e setores da vida humana. Em consequência, essa maior inserção na vida pública cria condições ao despertar da consciência da mulher que passa a exigir uma participação mais equitativa nas grandes decisões políticas e econômicas.

De acordo com Faria e Nobre (2003), é no campo da produção que se dão as definições financeiras e políticas. Os maiores acessos a ambas as esferas expõem as contradições e discriminações a que o gênero feminino vem sendo historicamente reprimido, aprofundando a necessidade de auto-organização das mulheres para lidar com as condições materiais que as libertam e, ao mesmo tempo, submetem-nas. Os objetivos da experiência de auto-organização de mulheres extrapolam, portanto, a esfera da geração de trabalho e renda, ainda que considerada fundamental para a emancipação das mesmas. No entanto, agregam outras necessidades que socialmente foram sendo negadas a este gênero. A formação na busca pela autonomia política e social, e o estudo do papel das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva, sobre como se dá a divisão sexual do trabalho na sociedade atual e, também, de como funciona a sociedade, se configuram igualmente como essenciais para as transformações almejadas.

No conceito de soberania alimentar tratado pelo presente artigo, o que está em jogo é a contraposição entre distintos modos e relações de produção, de como estão organizados a distribuição, o preparo e o consumo de alimentos pelas famílias rurais e urbanas. Estas se alteraram historicamente na transição de uma produção agrícola, praticamente relacionada ao auto-consumo, para outra voltada, exclusivamente, à lógica do mercado durante o aprofundamento da especialização campo-cidade (CALDART et al, 2012). Da primeira, focada no valor de uso, para a segunda, no valor de troca. A reconfiguração na divisão social do trabalho não escaparia à esfera doméstica e a participação da força de trabalho feminina, cada vez mais

intensa no mercado, deslocou ao longo dos anos o preparo e o consumo de alimentos para fora de casa. Esse processo levou a transformações nos laços familiares e nas relações sociais, voltando o pensamento econômico a uma lógica fundamentada no individualismo clássico preconizado por Adam Smith. (HUNT, 1987).

Longe de apoiar a ideia de retrocesso às condições anteriores de submissão da classe trabalhadora em geral, e das mulheres em particular, pretendeu-se apontar a necessidade de encontrar outro caminho que concilie a produção agrícola e o abastecimento de alimentos para a população mundial com os direitos dos povos à soberania alimentar¹ o que significa o direito a organizar o modo de produção de alimentos de acordo com cada realidade e suas necessidades locais, vinculado à sua cultura alimentar, aos conhecimentos tradicionais de plantas e produção de alimentos saudáveis, garantindo a democratização e sustentabilidade do acesso aos alimentos, à terra e a outras riquezas produzidas pelo trabalho, ao longo das gerações.

A mulher tem exercido papel fundamental nessa cadeia de relações, enquanto que em sua maioria ainda se responsabiliza pelo preparo dos alimentos, assumindo, com isso e não tão raro, a compra desses alimentos, e nas zonas rurais, a produção de milho, arroz, feijão, mandioca, frutas, além do plantio de hortas e cuidado de pequenas criações nos quintais. A importância da auto-organização de coletivos de mulheres em comunidades rurais e, particularmente, em assentamentos de reforma agrária², coloca-se para as militantes do MST, como foco central no enfrentamento dos problemas de discriminação de gênero, alimentares, de geração de renda, do êxodo rural e de conquista de direitos (MST, 2005).

Nesse sentido, o objetivo principal dessa pesquisa foi trazer reflexões acerca das experiências de coletivos de mulheres assentadas do MST, a partir da realidade dos assentamentos Adão Preto e Pip-Nuk em Nova Venécia, ao norte do estado do Espírito Santo. Com isso, pretendeu-se compreender como potencializar essas, entre outras experiências, e como propiciar formas de articulá-las e organizar suas demandas.

A proposta metodológica foi a da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1997; TRIPP, 2005; FRANCO, 2005), utilizando metodologias de diagnóstico e planejamento participativas (PETERSEN, 1996; GEILFUS, 1997; PEREIRA et al, 2003), como ferramenta básica para a valorização e construção dos conhecimentos. Optou-se então pela alternância de encontros de diagnóstico e reflexão teórica com ações que potencializassem a formação e a troca de experiências entre as mulheres. Visou-se com esta ini-

¹ O conceito de soberania alimentar é usado no sentido amplo de soberania dos povos e nações sobre todo o processo de produção de alimentos, sua circulação e distribuição, até a ponta final do consumo e preparo (CALDART et al, 2012).

² A reforma agrária é entendida como "[...]um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir." (CALDART et al, 2012, p. 657).

ciativa, potencializar a participação das mesmas no processo econômico e organizativo de suas comunidades, assim como a sua auto-organização em grupos produtivos. Tratou-se de uma pesquisa de campo, qualitativa e quantitativa, com aplicação de questionário semiestruturado em grupo de mulheres de acordo com a auto-organização das mesmas no assentamento, discutindo questões acerca da história e importância de constituição do grupo de mulheres, como estão organizadas atualmente e quais as perspectivas. A forma como as atividades foram realizadas visou também recuperar a mística da luta pela terra e o sentido de envolvimento e participação de toda a família no processo. Outro aspecto importante é que os encontros mesclaram os estudos de fontes documentais com troca de experiências, articulação, animação/confraternização e mobilização em torno de problemas comuns. As atividades foram realizadas em 2012 com apoio financeiro do CNPq via edital universal. Constataram-se reuniões do Coletivo Estadual de Gênero de três dias, para estudo, levantamento das experiências produtivas e organização dos encontros com os grupos de mulheres nos assentamentos, as reuniões de mulheres em si nos assentamentos com duração de dois dias cada, e realização de um Encontro Estadual de Gênero com duração de 03 dias e participação de 350 mulheres oriundas dos assentamentos do MST no ES. Maiores detalhes metodológicos podem ser encontrados em Moreira et al (2013).

Para a apresentação dos resultados e reflexões oriundas da pesquisa, o trabalho está organizado além dessa breve introdução, em uma revisão de literatura das categorias de gênero e seu papel para a análise das relações sociais de produção, da soberania alimentar e do modelo histórico de desenvolvimento da agricultura brasileira. Apresenta-se uma breve caracterização socioeconômica dos assentamentos e, então, se volta para a discussão acerca das experiências de auto-organização de mulheres, de suas histórias de organização, potencialidades, dificuldades e formas encontradas de superação. Por fim, as principais conclusões ressaltam a importância destas para a superação de problemas tanto pessoais, quanto comunitários.

1. A categoria de gênero na análise das relações sociais de produção

A categoria de gênero, usada na análise proposta se torna central na desconstrução da naturalização da opressão do homem sobre a mulher, rompendo com a ideia generalizada no senso comum do determinismo biológico para a explicação das desigualdades entre os sexos. Como discute Campos (2011), esse conceito desvenda o mecanismo de subjugação historicamente imposto às mulheres condenando-as a serem “cidadãs de segunda categoria” por forças sociais que se manifestam em variadas dimensões. Apesar de não negar diferenças biológicas que de fato existem entre seres

dos dois sexos, a categoria enfatiza o caráter social do debate. Nessa perspectiva, entende-se que é na construção social das relações entre seres onde se impõem as relações desiguais entre homens e mulheres.

Faria e Nobre (2003) apesar de não negarem a importância da autonomia financeira na luta contra a opressão de gênero, chamam a atenção para a necessidade de articular este conceito com as categorias de classe e etnia. Argumentam que as desigualdades se abatem de forma diferenciada entre homens e mulheres e para estas, entre as ricas e pobres, assim como entre as brancas e negras. Assim, apesar da mulher participar cada vez mais do mercado de trabalho, saltando de uma taxa de atividade³ de 32,9%, em 1991, para 44,1%, em 2000; 48,9% em 2001, alcançando o pico de 52,6%, em 2009, e retornando aos patamares de 48,9%, em 2010, e de 50% em 2011, sua inserção ainda se dá de forma precária. Principalmente sobre dois aspectos considerados centrais – um relacionado aos postos e às relações de trabalho que predominantemente ocupam e o outro, relacionado às duplas jornadas que acumulam com o trabalho de cuidados familiares necessários à produção e reprodução da mercadoria força de trabalho – cuidados estes com a família, que continuam pesando sob sua responsabilidade no âmbito doméstico, sob a forma de trabalho não pago.

Com relação ao primeiro aspecto, os postos de trabalho que ocupam são predominantemente associados às profissões menos valorizadas socialmente e que recebem menores remunerações. Apesar disso, não é negada a extrema importância dessas profissões para a produção e reprodução da vida social, tais como, professoras, enfermeiras, empregadas domésticas, assistentes sociais, entre outras. Enquanto profissões como médicos, engenheiros, juizes, entre outras mais valorizadas e remuneradas, continuam ocupadas sob a hegemonia dos homens, reforçando essa condição de desigualdade conforme sua inserção a partir dos papéis masculinos e femininos socialmente impostos. É possível observar essas disparidades pelos dados das PNAD/IBGE para o ano de 2009, escolhido por ser o de maior taxa de atividade. Segundo estes, as mulheres ocupavam-se predominantemente nas atividades de serviços domésticos (19%), educação, saúde e serviço social (16%) e comércio e reparação (16%), totalizando 51% das mulheres ocupadas. Essa situação reproduz a discriminação e opressão entre os sexos nos locais de trabalho e na própria sociedade.

Ainda explorando os dados das PNAD, de 2009, as mulheres já somavam 35% das pessoas de referência da família. Reunidas às que são

³ A taxa de atividade é a relação entre o número de pessoas economicamente ativas (PEA) e o número de pessoas em idade ativa (PIA) em um determinado período de referência. Os dados foram elaborados a partir dos Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010) e das Pesquisas Nacionais de Amostra por Domicílios (PNAD) (2001, 2009 e 2011) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cabe ressaltar que a PEA ainda divide-se em dois subgrupos: das pessoas que estão ocupadas e das que não, mas que estão em busca de ocupação ou emprego. Não são contabilizadas na PEA as donas de casa, aposentadas, estudantes, as que não estão à procura e emprego, ou de alguma forma inabilitadas ao trabalho. (IBGE, 2012).

cônjuges representavam 55% do total de uma população de 101.411.917 brasileiros. No entanto, a taxa de desemprego aberto já era maior entre as mulheres (7% contra 1,3% entre os homens), assim como os salários médios mensais eram menores (R\$780,51 para as mulheres contra R\$1.317,19 para os homens). Voltando o olhar para as mulheres negras, índias, pardas e amarelas, o salário médio cai para R\$557,76, atentando para a discriminação desse grupo, que se encontra em pior condição social. Das mulheres que são pessoas de referência na família, o expressivo montante de 53% ocupam postos de trabalho informais. Destas, para as ocupadas no grupo de atividade de serviços doméstico, que predomina nas ocupações femininas remuneradas, a renda média mensal cai para R\$403,50 (IBGE, 2012).

Quando a análise tem por foco as trabalhadoras rurais, as desigualdades são ainda mais gritantes. Enquanto a proporção dos rendimentos médios femininos em relação aos masculinos representa 55% no mundo urbano, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), de 2006, no mundo rural este valor cai para 46,5%. Segundo as estatísticas publicadas por este órgão em 2008, 80,7% das trabalhadoras ocupadas em atividades agrícolas vivem sem rendimentos; 19,2% recebem até 0,5 salário mínimo; 6,1% auferem de 0,5 a 1 salário mínimo e apenas 3,6 recebe de 1 a 2 salários mínimos. E isto, em contraposição aos percentuais masculinos que seguem respectivamente: 27%, 19,2%, 26,9% e 18,2%. Apesar da situação dos homens ocupados em atividades agrícolas ser precarizada (73,1% se encontram em ocupações não remuneradas ou remuneradas em até 1 salário mínimo de 2006), a das mulheres se encontra ainda pior (95,4% encontram em ocupações não remuneradas ou remuneradas em até 1 salário mínimo) (CAMPOS, 2011). A análise desses dados revela a condição desigual na qual as mulheres participam do mercado de trabalho – questão que para ser tratada de forma adequada necessita do enfoque de gênero.

Com relação ao segundo aspecto – relacionado às duplas jornadas envolvidas nos cuidados com a produção e reprodução da força de trabalho –, continuam sendo entendidos como responsabilidade das mulheres os afazeres do lar, como a limpeza, o preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, entre outros trabalhos associados à esfera reprodutiva da força de trabalho familiar. Esse trabalho, de âmbito privado, continua invisível e se caracteriza, na essência, como mais uma jornada de trabalho não paga a ser enfrentada pelas mulheres. Este problema, afeta ainda mais as mulheres pobres, que não podem pagar outra pessoa para assumir as tarefas domésticas. O Estado, por sua vez, não consegue fazer cumprir a Constituição Federal oferecendo serviços de educação, creche, refeitórios e saúde de qualidade na quantidade demandada (NOGUEIRA, 2006). Essas mulheres acabam tornando-se reféns de uma armadilha sem saída. De um lado, são obrigadas a trabalhar fora pela própria condição de pobreza e aceitam as jornadas duplas, o que pela necessidade de conciliar estas tarefas inviabiliza

que tenham bons empregos. E, como consequência, se sujeitam a jornadas parciais de trabalho, em condições precárias, sem garantia de direitos trabalhistas e com baixa remuneração mantendo-as presas à própria condição de pobreza. Ou, de outro lado, abrem mão de trabalhar fora quando possível e se submetem à opressão dentro de casa. Esta se dá pela via financeira, já que se associa a uma jornada de trabalho não pago, que exacerba as desigualdades entre os sexos levando, inclusive, a práticas de violência tanto no espaço público, quanto no privado.

Essas contradições colocam a mulher, na sociedade atual, como a mola de amortecimento final de todo este processo de opressão e exploração do capital sobre a classe trabalhadora. Como discute Godinho (2005), embora essa opressão não tenha surgido com o capitalismo, este soube se apropriar dessa desigualdade para aprofundar a redução dos custos com a reprodução da força de trabalho (e, portanto, do trabalho socialmente necessário), assim como a ampliação da exploração pelo rebaixamento dos salários de uma forma geral; a manutenção de uma divisão e competição de interesses e privilégios dentro da classe; e a assimilação da ideologia burguesa e patriarcal, dificultando a tomada de consciência sobre a opressão em si. Isso reforça que a condição de gênero, e não apenas de classe, restringe o acesso a recursos materiais e sociais sendo, portanto, categoria estruturante para a análise das relações de produção em geral, e na agricultura em particular.

2. Soberania alimentar e o padrão de agricultura imposto ao Brasil

A história da concentração de terras no Brasil não é recente, remonta à divisão da Colônia em sesmarias, passando pelo sistema de plantations; e os diversos ciclos de exportação (cana-de-açúcar, gado, ouro, café...). O antigo sistema escravista foi substituído ao longo do século XIX, no entanto, manteve praticamente intocada a estrutura de concentração fundiária imposta inicialmente pela metrópole portuguesa. Continuou servindo predominantemente à produção em grande escala de matérias primas e agrícolas, na forma de extensas monoculturas, com uso cada vez mais intensivo de tecnologias e instrumentos sofisticados, voltadas à exportação para a metrópole durante o colonialismo e, depois, a outros países ocidentais na expansão imperialista (BENJAMIN, 2002).

O plano de recuperação dos países destruídos pelas guerras, reconhecido como Plano Marshall, assim como as ajudas internacionais de alimentos, representaram mecanismos importantes para dar novo fôlego ao capitalismo e ao comércio internacional em crise. Os alimentos doados pelos Estados Unidos (EUA), como o caso do trigo, chegavam aos outros países mais baratos do que os que eram produzidos internamente, com-

petindo com as atividades locais, que sucumbiam em um processo de concorrência desigual. E isso de forma que a conhecida “desova” de excedentes agrícolas dos EUA e Europa, mais agravaram que aliviaram o ciclo da fome e da própria dependência como discute Graziano da Silva (2009).

Segundo Carvalho e Stedile (2011), nunca foi tão grande a concentração da produção de alimentos sob a mesma matriz de produção e sob o controle de tão poucas empresas transnacionais. Mantiveram-se, ao longo destes séculos, as relações de subordinação e dependência sobre os países latino-americanos, e também sobre o Brasil, submetendo suas populações ao risco da insegurança alimentar e da fome – questão esta também aprofundada por Chonchol (2005) e Giovanni (2006). Na análise desses autores, esse receituário, perseguido pelas empresas e governos capitalistas no enfrentamento das crises sistêmicas, se traduz em uma alternância entre guerras ou conflitos políticos internacionais e a necessidade de ajuda alimentar de urgência como os casos do Afeganistão, Etiópia, Haiti, Sudão. Hoje representa causas essenciais da fome de numerosas populações que se somam a desses países citados, como em Serra Leoa, Libéria, Ruanda, Somália, Nigéria, entre outros países listados por Chonchol (2005).

No pós-II Guerra Mundial, houve mudanças nas técnicas de produção com a introdução do uso intensivo de maquinários, irrigação e insumos químicos derivados do petróleo na agricultura, que ficaram conhecidas na América Latina como “Revolução Verde”. Baseavam-se na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e outras grandes culturas de exportação (MAZOYER; ROUDART, 2010). Essa matriz tecnológica se aprofunda com o desenvolvimento científico e a motomecanização na revolução agrícola, após os anos 1970, chegando, à época contemporânea, na figura do moderno agronegócio⁴ do século XXI. Segundo os autores, a implantação deste modelo agrícola propiciou ganhos de produtividade superiores aos da própria indústria e dos serviços, ampliando a relação entre a produtividade da agricultura mais bem equipada e a praticada exclusivamente com ferramentas manuais de 1 contra 10 equivalentes-cereais⁵ por trabalhador e por ano, no período entre guerras, para 1 contra 2.000, no final do século XX.

Não foram suficientes, porém, para superar as expressões da questão social que o país enfrentava com a elevação dos índices de desigual-

⁴ Associado, nesta perspectiva, às propriedades que utilizam a matriz tecnológica hegemônica implantada nas revoluções agrícola e proposta como modelo principal de desenvolvimento econômico rural na perspectiva das políticas agrícolas ao longo destes séculos (MAZOYER; ROUDART, 2010). Compreende-se, dessa forma, o agronegócio como entendido também por Campos (2011), expressão de uma complexa articulação entre capitais vinculados à produção agropecuária, consolidado sob a hegemonia de grupos multinacionais, coordenados com o latifúndio e o Estado brasileiro no contexto neoliberal. Nesta perspectiva de análise, este modelo se insere no próprio avanço das forças produtivas sob a égide do capital, sobre os territórios rurais e as populações que neles vivem, assim como da subordinação e aproximação da agricultura à indústria, tanto a montante, quanto a jusante. Tem por base a produção de *commodities* para o abastecimento do mercado mundial, em forma de monoculturas em grandes extensões de terra, intensivos em máquinas, agrotóxicos e outros insumos da indústria química.

⁵ Quantidade de cereais que possuem o mesmo valor calórico que a produção agrícola considerada.

dade.⁶ Aprofundou-se ainda mais o processo de êxodo rural, expulsando famílias inteiras de trabalhadores rurais do campo em direção aos centros urbanos. Apostava-se nessa matriz tecnológica de produção agrícola para desenvolver a economia agrária, com base nos ganhos de produtividade. Assim a questão agrária, associada à imobilização de recursos (terras principalmente) e à estagnação da produção de matérias-primas para a indústria e alimentos para seus trabalhadores, estaria resolvida sem a necessidade de uma reforma agrária, como havia ocorrido em diversos países no curso do desenvolvimento capitalista – ideia defendida no Brasil em 1965 por Delfim Netto em trabalhos de pesquisa sobre o tema que coordenou em um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP). (DELGADO, 2001). A liberação de trabalhadores na economia rural, entendida como sinônimo de atraso, seria necessariamente absorvida pela indústria e serviços vinculados nos centros urbanos, sinônimo de modernização. Esta ideia encontra-se sistematicamente discutida na descrição da “modernização dolorosa”, nos termos de Graziano da Silva (1982).

Tais argumentos, no entanto, não encontraram correspondência com a realidade – os agricultores sofreram crescente empobrecimento e o êxodo rural que recaiu sobre suas famílias se manifestaria de forma mais intensa sobre as mulheres e as crianças. Os antigos vínculos entre a agricultura e a culinária locais, o modo de trabalhar, de produzir e de se alimentar, foram sendo enfraquecidos, assim como as relações de gênero foram se transformando com o conseqüente enfraquecimento das relações familiares.

Toda esta reestruturação do modo de produção agrícola somada à abertura dos mercados da União Soviética para a importação de grandes demandas de trigo culminaram entre 1972 e 1974, em uma crise dos alimentos. Potencializada pela crise do petróleo, em 1973, atingiu todos os países que estavam atrelados e subjugados a esta moderna matriz de produção e à complexa divisão internacional do trabalho. A década de 1980 não foi mais promissora, marcada que foi pela crise da dívida, a inflação mundial e pelo retorno da ideologia conservadora fundamentada nos preceitos do livre mercado recuperados pelos teóricos neoclássicos e consolidada nos acordos de livre comércio entre países (GIOVANNI, 2006).

Na década de 1990, aprofunda-se este processo de globalização da economia, de uma forma geral, e da agricultura, em particular, com a liberalização de mercados e consolidação de regras que determinam como deve funcionar o mercado mundial criando imposições sobre as políticas nacionais. Mantendo os interesses de grandes grupos e corporações transnacionais, é criada, após a rodada do Uruguai, em 1993, a Organização Mundial do Comércio (OMC). Os resultados de eficiência deste modelo

⁶ O índice de concentração de Gini elevou-se de 0,50, em 1960, para 0,57, em 1970, calculados para o Brasil pelos dados dos censos demográficos do IBGE (LANGONI, 1972).

agrícola proporcionaram, por um lado, a superação de grande parte dos fenômenos até então associados à desnutrição⁷, mas, por outro, não foram capazes de resolver o problema da fome mundial. Segundo relatório da Food and Agricultural Organization (FAO, 2011), em 2009, o número de famintos e desnutridos alcançou o pico de 1.023 milhões de pessoas, que foi agravado pela crise dos preços dos alimentos, associada à crise financeira e a recessão da economia global. Desse 1 bilhão de famintos, contraditoriamente ao esperado, 80% vivem no campo. E como constata o professor Graziano da Silva (2009), a saída da crise será longa e desigual e, apesar disso, os preços das commodities continuam altos, engrossando ainda mais a fila dos famintos.

Sob esse ponto de vista, a reforma agrária e o fortalecimento dos grupos de mulheres no desenvolvimento de uma agricultura familiar colocam-se enquanto alternativa sustentável para a superação da questão agrária posta no Brasil contemporâneo. Desta forma, seria possível por em prática um modelo de agricultura e uso dos solos respeitando o estabelecido no Estatuto da Terra⁸ quanto à função social da terra, sua justa distribuição de propriedade, a exploração mais racional dos recursos naturais, sua recuperação socioeconômica, além dos estímulos a pesquisas e experimentações pioneiras como as que são relacionadas no presente texto.

3. Os assentamentos Adão Preto e Pip-Nuk em Nova Venécia/ES

Os assentamentos Adão Preto e Pip-Nuk estão localizados no município de Nova Venécia, a noroeste do Estado do Espírito Santo e a, aproximadamente, 255 km da capital. De acordo com o Censo de 2010, sua população total é de 46.031 habitantes, sendo que destes, expressivos 15.200 vivem no campo. É neste município que, em 1986, a Fazenda Pip-Nuk foi desapropriada e o assentamento criado em dezembro do mesmo ano. Sua área total é de aproximadamente 775 ha, com capacidade para 50 famílias. Posteriormente, em 2008, a Fazenda Floresta foi desapropriada, mas apenas em fevereiro de 2010 que o assentamento Adão Preto foi criado, com uma área 569 há e capacidade para 59 famílias.

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no que se refere à implementação do Assentamento Pip-Nuk, este se encontra na 6ª fase⁹. Nesta os beneficiários já se encontram instalados, com dotação de infraestrutura básica, e acesso ao Programa

⁷ Os principais problemas associados à questão da fome entre os estudos científicos são: pouco conhecimento acumulado de técnicas agrícolas, disputa por territórios para produções que competem com a de alimentos, fenômenos naturais que destroem colheitas, epidemias, guerras, entre outros. (MAZOYER; ROUDART, 2010).

⁸ Lei no 4.504 de 30 de novembro de 1964, extraída de www.planalto.gov.br (BRASIL, 1964).

⁹ Para que as famílias tenham a posse definitiva da terra, o assentamento passa por sete fases de implantação. Estas fases são: 1) os pré-projetos de assentamento, 2) assentamento em criação, 3) assentamento criado, 4) assentamento em instalação, 5) assentamento em estruturação, 6) assentamento em consolidação e 7) assentamento consolidado.

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Apesar do assentamento existir a 25 anos este ainda não está concluído devido a última fase que é a de titulação da terra. Já o assentamento Adão Preto se encontra na 3ª fase, quando as famílias passam a ter o direito de uso da terra. A desapropriação da fazenda ocorreu em 2008, por ser improdutivo e a ocupação ocorreu em 2009, quando foram assentadas 39 famílias organizadas e participantes do MST. A divisão em lotes ocorreu somente há pouco tempo, por meio de sorteio e a maioria das famílias ainda não se mudou, ficando cada uma com em média de 8 a 9 ha.

4. O processo de auto-organização das assentadas

Há quinze anos, o Assentamento Pip-Nuk contava com uma horta coletiva. Esta horta foi implantada graças à iniciativa de uma organização de mulheres que existia desde a época de acampamento, em 1986. Porém, pelas informações levantadas em reunião com o grupo de mulheres, a iniciativa não teve continuidade devido à falta de comprometimento de alguns membros envolvidos para com os cuidados diários da plantação. Houve, também, uma epidemia de vômito, diarreia e febre que atingiu muitos assentados, muitos iam para o hospital, mas com os cursos oferecidos pelo setor estadual de saúde do MST, as participantes do assentamento aprenderam inicialmente a fitoterapia e, depois, a homeopatia, cuja prática ajudou na cura de muita gente. Em 1999 ocorreu uma assembleia no assentamento, na qual foi instituído o setor de saúde dentro da organicidade e diretrizes do próprio movimento. Inicialmente era composto por duas mulheres, mas, com a inclusão de mais pessoas, o setor ganhou um total de quinze membros (11 mulheres e 04 homens).

Foram montadas pequenas farmácias pela Pastoral da Saúde em três assentamentos, sendo um deles o Pip-Nuk, e em uma comunidade na zona rural do município de Nova Venécia. Nelas trabalhava-se com homeopatia e fitoterapia e, também, eram oferecidos cursos de massoterapia, fitoterapia e homeopatia. Atualmente, o coletivo de saúde, experiência coletiva protagonizada por mulheres do assentamento Pip-Nuk, é composto por duas coordenadoras e cinco voluntárias que auxiliam nas demandas do setor voltadas para a saúde preventiva e abastecimento de água de qualidade para as famílias.

As experiências de organização das mulheres no assentamento Adão Preto se deram por meio de uma horta financiada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2011, em um programa de segurança alimentar. Foi implantado um sistema de irrigação e plantados feijões, hortaliças, dentre outros produtos para consumo das famílias. O trabalho na horta é realizado pelos grupos de mulheres e a produção se dá nas estações mais frias e chuvosas, enquanto nas épocas mais quentes e com poucas

chuvas o terreno fica em pousio, pois o sistema de irrigação puxa água com a bomba e fica muito cara a energia nestas estações. A autoprodução tem representado parte significativa dos alimentos para as famílias do assentamento e, no pico de produção, chegaram a vender grandes excedentes nas comunidades vizinhas ao assentamento e para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁰ do governo federal. Dessa forma, atua na geração de renda, que, pela organização coletiva das mulheres, se realiza e é apropriada diretamente por elas, estabelecendo novas determinações no plano financeiro e social. Observa-se, assim, que são reestabelecidas bases de sustentação de uma agricultura familiar, na qual o papel da mulher é central na produção de alimentos e de seus processos associados, tais como processamento, comercialização, preparo de receitas entre outros aspectos culturais, ao que se associa a perspectiva de soberania alimentar da qual partimos defendida por Chonchol (2005).

Em um dos encontros de mulheres realizado no assentamento foram descritas as dificuldades e a fome que passaram anteriormente e o quanto lutaram na vida até conquistar um pedaço de terra. A participação no MST e a luta pela reforma agrária, mecanismo pelo qual tiveram acesso à terra, trouxe a possibilidade de organização coletiva, de trabalho e renda, acesso a direitos e cidadania a essas mulheres e suas famílias. Essa afirmação pode ser ilustrada com o estrato de depoimento coletado durante o Encontro de Mulheres do Assentamento, realizado em 2012.

“Eu já cortei cana e é duro, igual à escravidão e às vezes as pessoas estão no serviço pior, às vezes quando vamos fazer um trabalho de base eles falam: – Deus me livre desse negócio de sem terra, mas eles não sabe que isso seria a liberdade.” (Assentada 1, 41 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Dandara, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012).

Outros momentos que incentivaram a organização das assentadas de ambos os assentamentos foram a realização de cursos propiciados pelos setores de saúde e de gênero do MST, mutirões de limpeza e plantio de mudas nas áreas coletivas, protagonizados pelos coletivos de mulheres, porém envolvendo todos da comunidade.

5. Os coletivos de mulheres e a atualidade das experiências

A experiência do coletivo protagonizado pelas camponesas do assentamento Pip-Nuk atualmente é composto por duas coordenadoras e

¹⁰ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA).

cinco voluntárias e se encontra organizado em duas equipes: a da homeopatia e a da água.

A primeira realiza atividades de homeopatia, fitoterapia, massoterapia, florais, xaropes e garrafadas orientadas pelas coordenadoras. Entendendo a importância do resgate cultural do conhecimento sobre ervas da região tais atividades contribuem para a garantia de saúde e de autonomia para as famílias assentadas, além de reduções significativas dos gastos com a indústria de remédios. Para se formar, uma das coordenadoras está concluindo quarto ano do curso de Homeopatia na Agricultura na Universidade Federal de Viçosa (UFV). A equipe também é responsável por todo o processo produtivo que vai da coleta dos insumos e preparo dos medicamentos até o atendimento aos pacientes. Não cobra nada por seus atendimentos, nem pelas massagens. Solicita apenas uma ajuda de custo para os remédios de R\$ 5,00 o “vidrinho” ou troca por ingredientes para seu preparo como vidros, álcool de cereais, água mineral, entre outros. Esse valor é utilizado na compra de novos recipientes de embalagem e, como recebem pouca ajuda, na maioria das vezes, têm que custear o álcool e a água mineral utilizados na fabricação, sendo que tudo é mantido com recursos próprios. Mantêm uma farmácia que fica no centro comunitário do assentamento e outra pequena farmácia no domicílio de uma das coordenadoras, realizando atendimentos todos os dias após as 16 horas.

A equipe da água foi responsável em conseguir junto à Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), o tratamento de água da comunidade via o programa PRÓ-RURAL. Este é mantido voluntariamente. Essa iniciativa, além de ajudar com o problema da falta d’água, ao contar com a disponibilidade de seu tratamento possibilitou a queda dos índices de problemas de vômito e diarreia principalmente entre as crianças, encerrando com a epidemia. Esse coletivo também cuida da água e do seu abastecimento.

Outra conquista do grupo foi o atendimento do Programa de Saúde da Família (PSF) no assentamento – hoje há visita médica duas vezes por mês e doze consultas por mês são agendadas em Nova Venécia: “Hoje eu olho as crianças e as pessoas, todas estão saudáveis!”. (Assentada 2, integrante do Coletivo de Mulheres da equipe de homeopatia, Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012).

Reconhecendo a necessidade de maior informação da população sobre os temas relacionados às questões da saúde das comunidades, o setor também realiza palestras nas escolas sobre alimentação saudável, produção alternativa e hortas.

No projeto de atividade produtiva, a criação de uma mini padaria para o assentamento, atualmente, é pretendida pelas mulheres do coletivo. Estão procurando o local para montar a padaria e preparar o projeto, pensam em aproveitar uma cozinha que existe na futura sede do programa voltado para a terceira idade. Contam com a parceria de mulheres qualificadas

que conhecem a profissão e com curso na área. Para agregar valor, projetam reservar um ambiente dentro da padaria para vender verduras e artesanatos que também produzem.

No encontro de mulheres no assentamento Adão Preto, as trabalhadoras rurais ressaltaram o impacto da portaria n. 981/2003 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹¹ no combate à desigualdade de gênero. (BRASIL, 2003). A afirmação do quanto é necessário avançar em políticas voltadas a essa parcela da população foi muito presente nos depoimentos manifestos durante o encontro, o que ainda faz parte da realidade das mesmas já que o assentamento tem apenas 3 anos de existência. Estas observações corroboram com as determinações no plano político que discutem Faria e Nobre (2003). Entendendo o papel da organização social de uma forma geral, e das mulheres em particular, na conquista de direitos, de acordo com camponesas assentadas,

“Foi a melhor coisa que o INCRA fez foi fazer os cadastros em nome das mulheres.” (Assentada 1, 41 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Dandara, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012).

“Antigamente era assim o homem que mandava tudo”(Assentada 3, 60 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Zumbi dos Palmares, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012).

“Sempre tem reunião com mulher falando sobre nosso direito, mas às vezes é bom ter a reunião com o homem também porque tem homem muito machista, é bom ter reunião para homem saber qual o nosso objetivo” (Assentada 4, 29 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Amazônia, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012)

Essa questão representa o quanto portarias e políticas como esta, bem como de outras ações afirmativas presentes na pauta de reivindicações do MST e dos movimentos feministas e auto-organizados de mulheres, são importantes para combater a violência e o preconceito de gênero, em busca de reforçar a importância da mulher na sociedade.

Existem quatro grupos de mulheres organizados no assentamento que, além de protagonizar várias ações e mutirões de limpeza, produção na horta e plantio de árvores nativas nas áreas coletivas do assentamento, também estão se preparando para acessar o “Apoio Mulher”¹². As mulheres se organizaram segundo afinidade pessoal, nos grupos Zumbi, Amazonas, Dandara e União.

¹¹ Nos lotes dos assentamentos as mulheres passam a ter o direito de titulação conjunta com os homens de acordo com a Portaria do INCRA nº 981, de 02 de outubro de 2003. (BRASIL, 2003).

¹² É um programa governamental vinculado ao processo de assentamento, conforme a Instrução Normativa do INCRA nº 54/2009, Cap. IX, parágrafo 2º, que prevê um crédito no valor de 3 mil reais por assentada em parcela única, destinado para máquinas e equipamentos, bens de apoio à produção, beneficiamento e comercialização, projetos hortifrutigranjeiros, cultivo de plantas medicinais, produção de artesanatos entre outros. (BRASIL, 2009).

O grupo Amazonas vem se reunindo com sete mulheres. O debate central vem se dando em torno da definição da atividade produtiva coletiva que pretendem estabelecer para a garantia de alimentos para suas famílias e a possibilidade de geração de renda para as mesmas, cuja opção foi pela produção de peixes. Existe a possibilidade de acesso ao crédito Apoio Mulher para tanto, porém, ainda não há consenso quanto a isso, como pode ser percebido no trecho destacado a seguir. “A gente tinha se reunido, a gente tinha pensado mexer com peixe, mas a gente desanimou depois que ficamos sabendo que tinha que pagar.” (Assentada 5, 24 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Amazonas, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012).

Quanto à divisão do trabalho, o grupo pensa em estabelecer um tanque de criação de peixe em cada lote, no entanto as compras de insumos, serviço de máquinas e equipamentos para os poços, assim como os cursos e capacitação necessários serão feitos de forma coletiva. Quanto à comercialização, as mulheres estão planejando a venda conjunta na cidade de Nova Venécia. Quanto à agregação de valor ao produto, planejam entregar os peixes já limpos.

O grupo Zumbi dos Palmares é, atualmente, composto por seis mulheres. Estão em um momento de mudança para os lotes e acesso ao crédito habitação e, portanto, enfrentando maiores dificuldades para se reunir e discutir sobre as atividades do grupo e o programa Apoio Mulher.

“Nós não discutirmos isso ainda, íamos comprar gado para fazer queijo, só que nós desistimos porque tinha que pagar, até agora não tem nada decidido e nem as mulheres querem mais participar” (Assentada 6, 41 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Zumbi dos Palmares, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012).

“Compraria uma vaca parida, daria uns 10 litros de leite aí íamos fazer queijo. É um investimento muito bom para trabalho, mas para um trabalho que gosto de fazer, mas não adianta eu gostar e as outras mulheres não gostar” (Assentada 7, 29 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Zumbi dos Palmares, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012).

Apesar da discordância, o grupo atualmente vem construindo a proposta de se organizar na produção de leite e para comercializar/abrir um negócio próprio para vender os queijos. “Se for abrir uma queijeria as vezes as mulheres precisariam fazer um curso, pois tem dois tipos de queijo.” (Assentada 8, 57 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Zumbi dos Palmares, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012). Pensam em fazer todo o processo em coletivo, criação de vacas em piquetes próximos aos lotes, com revezamento de responsabilidades com a criação quando estiver no próprio piquete e, também, dos tratos de acordo com a época em cada lote.

O grupo Dandara é composto por cinco mulheres e está discutindo a possibilidade de estabelecer uma produção a partir do acesso coletivo ao Apoio Mulher, mas tem encontrado dificuldades e dúvidas, como pode ser ilustrado segundo as próprias palavras de suas integrantes:

“O grupo já pensou num monte de coisas, vaca, peixe, artesanato, polpa de fruta” (Assentada 9, 25 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Dandara, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012).

“Quando você pensa, vamos fazer vaca, mas nós não entendemos nada de vaca, e como é que nós vamos mexer e isso não é para o marido mexer é para a mulher.” (Assentada 10, 54 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Dandara, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012).

“No artesanato nós pensamos em comprar uma máquina que borda, mas teria que ter um curso de aperfeiçoamento para lidar com a máquina” (Assentada 11, 37 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Dandara, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012).

As mulheres já visitaram, em Nova Venécia, uma loja que compra bordados feitos por grupos produtivos, objetivando conhecer como funciona e ainda pensam em oferecer o serviço de bordado para as organizações e movimentos sociais da região (bordarem camisetas, bonés e bandeiras para venderem).

O grupo Força União é composto por apenas três mulheres. Também está em fase de organização produtiva no coletivo, a partir de um planejamento já estabelecido em torno da produção de galinhas nos quintais, como ressaltado por elas mesmas: “Nós estamos pensando em galinha, pois galinha é melhor, poderia vender ovo.” (Assentada 12, 49 anos, integrante do Coletivo de Mulheres Força União, Encontro de Mulheres do Assentamento Adão Preto, 2012). O Apoio Mulher lhes dará a possibilidade de compra conjunta dos materiais e insumos para estabelecer a criação, na qual também revezarão nos tratos. Quanto à comercialização, o grupo pensou em ter um lugar certo e uma data certa para entregar os ovos. Também foi levantada a possibilidade de comercializar a galinha limpa como forma de agregar valor ao produto.

Há consenso entre todas de ambos os assentamentos a respeito do papel fundamental que têm os coletivos de mulheres no enfrentamento das dificuldades cotidianas, o que é corroborado pelas próprias experiências descritas e seus desdobramentos sobre a qualidade de vida nas áreas. Assim como, esse consenso se dá também quanto a construção de alternativas que potencializem a capacidade de produção de cada mulher, do ponto de vista individual, mas também do assentamento e da própria reforma agrária, e viabilização das políticas públicas para o campo.

6. Dificuldades e formas de superação dos coletivos de mulheres

A organização de mulheres esteve, muitas vezes, ativa nas decisões sobre as atividades a serem desenvolvidas no assentamento Pip-Nuk, mas, por muitas vezes, as mulheres sofreram opressões dos homens. Diante desse quadro, muitas mulheres desistiram e não participam mais, pois suas decisões nas assembleias eram inviabilizadas por implicações consideradas por elas machistas. Um exemplo disto, foi a decisão de fazer uma horta medicinal, como relata uma das envolvidas no processo: “Partimos para uma horta medicinal para a comunidade, eram doze mulheres envolvidas. Fomos ver o local, encontramos dificuldades, lutamos, mas não conseguimos, o machismo dos homens que mandou tirar tudo” (Assentada 2, integrante do Coletivo de Mulheres da equipe de homeopatia, Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012).

Elas relatam, ainda, as dificuldades encontradas na manifestação feminina dentro das assembleias. “Nas assembleias não conseguimos falar, pedimos lugar para fazer uma granja de galinha e não fomos ouvidas... diante disso as mulheres desistiram e muitas não participam mais, desistiram... vai ter um dia que terá um homem na porta da assembleia para não deixar uma mulher entrar” (Assentada 13, integrante do Coletivo de Mulheres da equipe de homeopatia, Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012).

A falta de comprometimento ou disponibilidade de participação dos assentados com as iniciativas promovidas pelo setor saúde e a falta de recursos são algumas das principais dificuldades encontradas pelo grupo. Para superá-la, suas integrantes dedicam-se em manter aberta a farmácia do assentamento e manter os atendimentos no domicílio de uma das coordenadoras, conciliando-os com seu trabalho no Programa de Saúde da Família (PSF).

Muitas destacaram dificuldades mais amplas, não somente para a organização e envolvimento de outras famílias no grupo, como também da permanência destas no próprio assentamento. Estas estariam associadas às pressões do modelo de desenvolvimento que está posto para o campo e, deliberadamente, direcionado pelas políticas públicas de desenvolvimento agrícola que identificamos com o agronegócio. Apesar dos ganhos de escala que compensam as quedas tendenciais nas taxas de lucro, a centralização e a concentração de capital, envolvidos neste modo de produção, engendram contradições das quais se originam inúmeras questões sociais e ambientais. Dentre estas, destacam-se a desmotivação quanto as dificuldades de produzir e conseguir bons preços na venda, por um lado, e, por outro, o da integração ao modelo do agronegócio, a inexistência de trabalho e condições que envolvam toda a família e, principalmente, as mulheres e os jovens, para que permaneçam no campo (SOSA; et al, 2011).

Acrescenta-se, ainda, os danos para a saúde destas famílias que ficam expostas diretamente ao uso dos agrotóxicos, largamente difundidos

como “defensivos agrícolas” entre os agrônomos e técnicos agrícolas. Os depoimentos das assentadas, apresentados a seguir, trazem evidência do avanço do agronegócio também nesta região do Espírito Santo.

“Até no assentamento o agronegócio domina, porque se você produz feijão e arroz para comer, o que sobra você não comercializa.” (Assentada 14, participante do Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012)

“Enquanto as máquinas trabalham na grande lavoura, muitas pessoas estão sem emprego.” (Assentada 15, participante do Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012)

“Ninguém mais no assentamento planta arroz, feijão e horta, só café... Eu produzia na horta, gastava energia com a irrigação e vendia a R\$ 2,00 no PAA e comprava a R\$ 3,00 no mercado, dessa forma é melhor não ter o trabalho de plantar.” (Assentada 16, integrante do Coletivo de Mulheres da equipe da água, participante do Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012)

“Ninguém quer mais ir para o pilão socar arroz ... hoje em dia o povo prefere não plantar e acha melhor comprar, mas se a gente planta a gente sabe o que tá comendo.” (Assentada 17, participante do Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012)

“Há uns anos atrás eu não saberia dizer quanto custa um quilo de arroz, ou um litro de óleo, pois eu produzia tudo.” (Assentada 18, participante do Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012)

“No início do assentamento a proposta era ter uma alimentação orgânica, fizemos uma horta coletiva. Mas, há uns quinze anos atrás, por falta de comprometimento de muitos, a horta acabou. Tenho vergonha de dizer isso... mas eu criei uma cabeça de empresário, hoje estou com câncer, em tratamento há seis anos, e os médicos declararam que foi o agrotóxico que o ocasionou.” (Assentada, integrante do setor de saúde na equipe de água, participante do Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012)

“Dá irritação de garganta nas crianças e aquela ‘febrinha’, os médicos dizem que é virose, mas nós sabemos que é o agrotóxico.” (Assentada 19, integrante do Coletivo de Mulheres da equipe de homeopatia, participante do Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012)

Hoje a Pastoral da Saúde está desarticulada, o que retira apoio importante ao grupo. As farmácias funcionaram até 2007, mas a falta de pessoal e recursos dificultou a continuidade dos serviços. No assentamento de Pip-Nuk a farmácia foi mantida graças ao empenho e à coordenação do setor de saúde. Ainda assim, algumas mulheres seguem acreditando em

seu potencial e conversam sobre a realização de outras atividades para ajudar na renda familiar. Levantam a ideia de horta coletiva para consumo de subsistência das famílias, granja de galinha, corte e costura, entre outras atividades. Pensam em desenvolver atividades produtivas coletivas utilizando o conhecimento individual das mulheres envolvidas. “Maria mexe com tapete, a outra é costureira, a outra mexe com artesanato, trabalham sozinhas, mas não é fácil levar”. (Assentada 2, integrante do Coletivo de Mulheres na equipe de homeopatia, Encontro de Mulheres do Assentamento Pip-Nuk, 2012).

Além disso, as mulheres contam com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) que, se acionado, oferta cursos gratuitos. Ainda com relação ao crédito, as mulheres encontraram outra dificuldade. Considerando que algumas das mulheres envolvidas trabalhavam com corte e costura, iniciaram o projeto de uma confecção de jeans no assentamento Pip-Nuk. Contrataram uma projetista para fazer o galpão, fizeram curso com estágio para se aperfeiçoarem na profissão, conseguiram as máquinas, estava tudo certo, porém quando foram requisitar o crédito no valor de 39 mil reais, foram informadas de que seus maridos tinham dívidas no banco de outros projetos de agronegócio¹³, o que tornou inviável o negócio.

A realidade se apresenta bem distinta no assentamento Adão Preto. Estabelecido há menos tempo e com a divisão recente dos lotes, as casas ficaram bastante distantes dificultando a organização e reunião das assentadas. Além disso, os lotes estão cercados por pastos, com solos bastante compactados, o que inibe o estabelecimento de outros cultivos. Há grandes dificuldades de adquirir vacas para utilizar o pasto, pois o recurso de fomento que recebem é insuficiente. Outra dificuldade apontada é o alto índice de analfabetismo no assentamento, sendo que lá funcionava uma turma do programa Brasil alfabetizado, porém o mesmo está sem frequência.

Nessa perspectiva, os grupos começaram e viabilizar outras formas organizativas para fortalecerem a participação das mulheres. Acreditam que evitando o isolamento das mesmas nos lotes atuam contra o agravamento das questões de gênero que se imbricam com o machismo, tendo a violência doméstica como um exemplo extremo. Quanto à organização, as mulheres também falaram da importância de montar uma associação no assentamento, pois seria a forma de valorizar e ser valorizadas pelos seus esforços. Além disso, poderia facilitar a comercialização dos produtos na cidade, por exemplo, fretar um carro coletivamente, entre outras vantagens da cooperação.

Todos os grupos avaliaram a necessidade de informações técnicas e de planejamento financeiro com relação às possíveis dificuldades que podem, por ventura, aparecer. Destacaram também a dificuldade de infor-

¹³ Conforme estabelecido pelo Manual de Crédito Rural, e se tratando da linha de crédito Pronaf Mulher, as mulheres poderão ter acesso a essa linha de crédito somente se a unidade familiar estiver adimplente com o crédito rural.

mações sobre as próprias políticas públicas a que têm direito e podem acessar – limites comuns observados, em outras realidades de mulheres em assentamentos, também por Moreira et al (2013), evidenciando a relevância da problemática.

Identificou-se, igualmente, a necessidade de maior envolvimento da assistência técnica do INCRA para elaborar os projetos e para as atividades técnicas que devem contar entre as metas estabelecidas pelo órgão. Levantou-se a necessidade de entender melhor o programa de fomento Apoio Mulher, com várias questões ainda não esclarecidas pelo órgão. A falta de informações sobre o programa e a dificuldade vislumbrada de terem que comprometer parte de uma renda futura, que ainda nem se concretizou, para pagar pelo apoio em prestações como forma de crédito foram apontadas como os principais fatores limitantes à decisão das mulheres.

Conclusões

Este artigo pretendeu trazer três contribuições científicas principais. A primeira foi fazer uma revisão sobre as concepções teóricas que relacionam à questão de gênero no campo e o desenvolvimento subordinado da agricultura no Brasil. A segunda foi a produção de mais elementos para a compreensão de como potencializar as experiências produtivas protagonizadas por mulheres nos assentamentos de reforma agrária. E a terceira é a sistematização dos resultados da pesquisa descrevendo as experiências dos coletivos de mulheres, suas histórias, desafios e potenciais, em que se pretendeu coordenar estas informações para que pudesse trazer reflexões gerais e específicas a cada realidade pesquisada. Contribui, dessa forma, com elementos norteadores à elaboração de políticas com foco na promoção da justiça social, da sustentabilidade na produção agropecuária e da igualdade de gênero.

Os principais desafios, em comum aos coletivos pesquisados, foram a distância entre as casas, o acesso a cursos técnicos e informações sobre os programas, e a constituição de associações. O machismo também foi caráter transversal às dificuldades expostas pelos grupos. Propostas de solução pela organização e fortalecimento dos coletivos de mulheres foram salientadas em todas as discussões. Acredita-se, assim, que a sistematização das experiências contribuiu para aprofundar a compreensão a respeito da construção de formas sustentáveis de produção de alimentos, permitindo a ampliação das possibilidades de geração de renda para as assentadas e suas famílias e de participação política na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Referências

BENJAMIN, C. *O Brasil é um sonho (que realizaremos)*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora Ltda/Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), 2002. 91p.

BRASIL. Lei no 4.504 de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 29 out. 2012.

_____. Portaria Incra n. 981 de 02/10/ 2003.

_____. Instrução Normativa do INCRA nº 54/2009. Disponível em: <http://www.jdia.com.br/pagina.php?pg=exibir_not&idnoticia=54346>. Acesso em: 16 set. 2012.

CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *Dicionário de educação do campo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ/Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, C.S.S. *A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil – o caso de Cruz Alta/RS*. 1. ed. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), 2011. 208p.

CARVALHO, H. M.; STEDILE, J. P. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. *A questão agrária contemporânea*. Coletânea n. 10. São Paulo: Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), p. 28-46, 2011.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. *Estudos Avançados*, 19 (25), p. 33-48, 2005.

DELGADO, G.C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados*, 15 (43), 2001.

FARIA, N.; NOBRE, M. *A produção do viver*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2003. 104p. (Cadernos Sempreviva).

FAO. *The State of Food and Agriculture: woman in agriculture closing the gender gap for development*. Roma: FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2011. 160p.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez, 2005.

GEILFUS, F. *80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación*. IICA-GTZ, San Salvador, El Salvador. 208p., 1997.

GIOVANNI, J. D. I. *Agricultura na sociedade de mercado*: as mulheres dizem não à tirania do livre mercado. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 2006. 48p.

GODINHO, T. O feminismo e a luta dos trabalhadores. In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Setor Nacional de Gênero. *Construindo novas relações de gênero*: desafiando relações de poder. Brasília, DF: Setor Nacional de Gênero – MST / Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2005. p. 49-56.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa*: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982. 192p.

_____. No fundo do posso da crise tem mais fome. *Valor Econômico*, julho, 2009.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). *Censos demográficos e pesquisas nacionais por amostra de domicílios*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao>. Acesso em: 29 out. 2012.

LANGONI, C. G. As fontes do crescimento econômico brasileiro. *Estudos Econômicos*, v. 2, p. 3-34, 1972.

MAZOYER, M.; ROUDARY, L. *História das agriculturas no mundo*: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo/Brasília: Editora UNESP/NEAD, 2010. 568p.

MOREIRA, R. C. et al. *Trabalhadoras rurais*: construindo novas relações de produção e gênero no campo. Relatório final de pesquisa – Vitória, ES: UFES; Brasília, DF: CNPq, 2013. 65p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Setor Nacional de Gênero. *Construindo novas relações de gênero*: desafiando relações de poder. Brasília, DF: Setor Nacional de Gênero – MST; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2005. 110p.

NOGUEIRA, C. S. M. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil. In: SILVA, M.O.S.; YASBECK, M.C. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Luís/MA: FAPEMA, 2006.

PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, A. A. DE; D'ÁVILA, C. A. R.; SUASSUNA, C. M.; GAIA, M. C. de M. *Plano de Desenvolvimento do Assentamento Colônia dos Ciganos*. UNB/UFV. 2003. 83p

PETERSEN, P. Diagnóstico ambiental rápido e participativo: levantando informações e mobilizando a comunidade para um manejo sustentável

das terras. Alternativas: *Cadernos de Agroecologia* – Solos. AS-PTA, 1996. p. 22 a 28.

SOSA, B. M.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A.; ROSSET, P. M. *A revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba*. Brasil: Asociación Nacional de Agricultores Pequeños y La Vía Campesina, 2011.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. 7a. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez, 2005.

Recebido em 25 de outubro de 2013.

Aprovado em 16 de dezembro de 2013.